



DIÁRIO OFICIAL DO MP

Ano VI • nº 1135 • Campo Grande – MS • quarta-feira • 23 de setembro de 2015

9 páginas



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Gestão 2014-2016

Procurador-Geral de Justiça
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Jurídica
Mara Cristiane Crisóstomo Bravo
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativa
João Albino Cardoso Filho
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Mauri Valentim Riciotti
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça **Sérgio Luiz Morelli**
Procurador de Justiça **Mauri Valentim Riciotti**
Procurador de Justiça **Hudson Shiguer Kinashi**
Procurador de Justiça **Olavo Monteiro Mascarenhas**
Procuradora de Justiça **Irma Vieira de Santana e Anzoategui**
Procuradora de Justiça **Nilza Gomes da Silva**
Procurador de Justiça **Silvio Cesar Maluf**
Procurador de Justiça **Antonio Siufi Neto**
Procurador de Justiça **Evaldo Borges Rodrigues da Costa**
Procuradora de Justiça **Marigô Regina Bittar Bezerra**
Procurador de Justiça **Belmires Soles Ribeiro**
Procurador de Justiça **Humberto de Matos Brittes**
Procurador de Justiça **Miguel Vieira da Silva**
Procurador de Justiça **João Albino Cardoso Filho**
Procurador de Justiça **Paulo Alberto de Oliveira**
Procuradora de Justiça **Lucienne Reis D'Ávila**
Procuradora de Justiça **Ariadne de Fátima Cantú da Silva**
Procurador de Justiça **Francisco Neves Júnior**
Procurador de Justiça **Edgar Roberto Lemos de Miranda**
Procurador de Justiça **Marcos Antonio Martins Sottoriva**
Procuradora de Justiça **Esther Sousa de Oliveira**
Procurador de Justiça **Aroldo José de Lima**
Procurador de Justiça **Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**
Procurador de Justiça **Gerardo Eriberto de Moraes**
Procurador de Justiça **Luis Alberto Safrader**
Procuradora de Justiça **Sara Francisco Silva**
Procuradora de Justiça **Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya**
Procuradora de Justiça **Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**
Procurador de Justiça **Helton Fonseca Bernardes**
Procurador de Justiça **Gilberto Robalinho da Silva**
Procurador de Justiça **Paulo Cezar dos Passos**
Procuradora de Justiça **Jaceguara Dantas da Silva Passos**

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-8990 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos
Direitos Humanos
(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcc@mpms.mp.br

DIÁRIO OFICIAL – DOMP-MS

Criação: Assessoria de Comunicação
Editoração eletrônica: Secretaria-Geral
Endereço: Rua Pres. Manuel Ferraz de Campo Salles, 214 | Jardim Veraneio
CEP 79031-907 | Campo Grande- MS
Telefone: (67) 3318-2055 | dompms@mpms.mp.br

SUMÁRIO

Procuradoria-Geral de Justiça.....	1
Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.....	4
Corregedoria-Geral do Ministério Público.....	5
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	5
Secretaria-Geral.....	6
Editais das Promotorias de Justiça.....	9

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Extrato das Portarias expedidas pelo Procurador-Geral de Justiça

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 1662/2015-PGJ, de 3.8.2015, na parte que concedeu férias regulamentares ao Promotor de Justiça **Fernando Marcelo Peixoto Lanza**, de forma que, **onde consta**: PERÍODO DE GOZO: 8 a 22.9.2015; **passa a constar**: PERÍODO DE GOZO: 30.9 a 9.10.2015 (Port. nº 2059/2015-PGJ, de 18.9.2015).

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido nas Resoluções nº 06/2015-CPJ, de 25 de junho de 2015, e nº 019/2009-PGJ, de 4 de novembro de 2009, alterada pela Resolução nº 020/2015-PGJ, de 25 de junho de 2015,

RESOLVE:

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados, a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e artigo 1º da Resolução nº 06/2015-CPJ, de 25.6.2015 (Port. nº 2063/2015-PGJ, de 21.9.2015):

Promotor de Justiça	Período Aquisitivo	Período de Conversão
Douglas Silva Teixeira	2013/2014	28.9 a 7.10.2015
Fabio Ianni Goldfinger	2012/2013	1º a 10.11.2015

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido nas Resoluções nº 06/2015-CPJ, de 25 de junho de 2015, e nº 019/2009-PGJ, de 4 de novembro de 2009, alterada pela Resolução nº 020/2015-PGJ, de 25 de junho de 2015,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 1330/2015-PGJ, de 19.6.2015, alterada pelas Portarias nº 1365/2015-PGJ, de 23.6.2015,

nº 1527/2015-PGJ, de 15.7.2015; e nº 1378/2015-PGJ, de 25.6.2015, nas partes em que se estabeleceu as férias individuais dos Promotores de Justiça abaixo, referentes ao segundo semestre de 2015, e conceder a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de forma que (Port. nº 2064/2015-PGJ, de 21.9.2015),

Onde consta:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO INTEGRAL OU 1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO
Adriano Lobo Viana de Resende	19.10 a 17.11.2015		
Daniela Cristina Guiotti	16 a 30.7.2015	4 a 18.12.2015	
Gevair Ferreira Lima Junior	6 a 21.7.2015	4 a 17.12.2015	
José Aparecido Rigato	1º a 10.7.2015	30.11 a 19.12.2015	
Luciano Furtado Loubet	3.11 a 2.12.2015		
Marcos Roberto Dietz	20 a 29.7.2015	13.10 a 1º.11.2015	
José Roberto Tavares de Souza	12 a 21.8.2015	21 a 30.9.2015	21 a 30.10.2015

Passe a constar:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO		PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO	2º PERÍODO	
Adriano Lobo Viana de Resende	19.10 a 7.11.2015		8 a 17.11.2015
Daniela Cristina Guiotti	16 a 30.7.2015	26 a 30.10.2015	4 a 13.12.2015
Gevair Ferreira Lima Junior	6 a 21.7.2015	20 a 23.10.2015	8 a 17.12.2015
José Aparecido Rigato	1º a 10.7.2015	10 a 19.12.2015	30.11 a 9.12.2015
Luciano Furtado Loubet	13.11 a 2.12.2015		3 a 12.11.2015
Marcos Roberto Dietz	20 a 29.7.2015	13 a 22.10.2015	23.10 a 1º.11.2015
José Roberto Tavares de Souza	12 a 21.8.2015	21 a 30.10.2015	21 a 30.9.2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao 1º Promotor de Justiça de Camapuã, **Marcelo Ely**, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 27.8.2015, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; e suspender, a partir da mesma data, as férias concedidas pela Portaria nº 1330/2015-PGJ, de 19.6.2015, alterada pela Portaria nº 1695/2015-PGJ, de 6.8.2015, as quais serão usufruídas nos dias 28 e 29.9.2015 (Port. nº 2066/2015-PGJ, de 21.9.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, **Fernando Jorge Manvail Esgaib**, 14 (quatorze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 2.9.2015, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Port. nº 2067/2015-PGJ, de 21.9.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao 2º Promotor de Justiça da comarca de Mundo Novo, **Moisés Casarotto**, 14 (quatorze) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2013/2014, a serem usufruídos a partir de 14.10.2015,

nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Port. nº 2068/2015-PGJ, de 21.9.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1330/2015-PGJ, de 19.6.2015, com as alterações trazidas pelas Portarias nº 1565/2015-PGJ, de 20.7.2015, e nº 1648/2015-PGJ, de 31.7.2015, na parte que escalou as férias dos Promotores de Justiça abaixo relacionados, de forma que (Port. nº 2069/2015-PGJ, de 21.9.2015),

onde consta:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO		PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO	2º PERÍODO	
Alexandre Rosa Luz	29.9 a 18.10.2015		6 a 15.7.2015
Silasneiton Gonçalves	12 a 21.8.2015	13 a 22.10.2015	22 a 31.8.2015

Passe a constar:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO		PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO	2º PERÍODO	
Alexandre Rosa Luz	28.9 a 16.10.2015		6 a 15.7.2015
Silasneiton Gonçalves	12 a 21.8.2015	30.9 a 9.10.2015	22 a 31.8.2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao 4º Promotor de Justiça de Campo Grande, **Silasneiton Gonçalves**, 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao recesso forense de dezembro de 2001, a serem usufruídos nos dias 28 e 29 de setembro de 2015, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 2º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Port. nº 2070/2015-PGJ, de 21.9.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 31º Promotor de Justiça de Campo Grande, **Henrique Franco Cândia**, para, sem prejuízo de suas funções, officiar nos autos do Inquérito Civil nº 35/2014 da 49ª Promotoria de Justiça da referida Comarca (Port. nº 2071/2015-PGJ, de 22.9.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça **Eteocles Brito Mendonça Dias Junior**, designado para responder em substituição legal perante a 9ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados, para, sem prejuízo de suas funções, officiar nos autos do Inquérito Civil nº

102/2011/PJDHU/DD, instaurado na 11ª Promotoria de Justiça da referida Comarca (Port. nº 2076/2015-PGJ, de 22.9.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 765/2015-PGJ, de 8.4.2015, de forma que, onde consta: “Designar a 9ª Promotora de Justiça de Dourados, **Fabírcia Barbosa Lima**”; passe a constar: “Designar o 10º Promotor de Justiça de Dourados, **Etéocles Brito Mendonça Dias Junior**, respondendo em substituição legal perante a 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca” (Port. nº 2077/2015-PGJ, de 22.9.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Designar o 11º Promotor de Justiça de Dourados, **Ricardo Rotunno**, para, sem prejuízo de suas funções, officiar nos autos do Procedimento Preparatório nº 08/2015 da 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca (Port. nº 2078/2015-PGJ, de 22.9.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Designar o 31º Promotor de Justiça de Campo Grande, **Henrique Franco Cândia**, para, sem prejuízo de suas funções, officiar nos autos do Inquérito Civil nº 36/2014 da 49ª Promotoria de Justiça da referida Comarca (Port. nº 2079/2015-PGJ, de 22.9.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Indicar os Promotores de Justiça **Nicolau Bacarji Junior** e **Paulo Henrique Camargo Iunes** para, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, comporem o Comitê Gestor Estadual para a Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica de MS (CEESRAD), e revogar a Portaria nº 476/2015-PGJ, de 4.3.2015 (Port. nº 2082/2015-PGJ, de 22.9.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido nas Resoluções nº 06/2015-CPJ, de 25 de junho de 2015, e nº 019/2009-PGJ, de 4 de

novembro de 2009, alterada pela Resolução nº 020/2015-PGJ, de 25 de junho de 2015,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 1330/2015-PGJ, de 19.6.2015, na parte em que se estabeleceu as férias individuais do Promotor de Justiça abaixo, referentes ao segundo semestre de 2015, e conceder a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de forma que (Port. nº 2089/2015-PGJ, de 22.9.2015),

Onde consta:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO INTEGRAL OU 1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO
Claudio Rogerio Ferreira Gomes	1º a 30.12.2015		

Passe a constar:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO		PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO	2º PERÍODO	
Claudio Rogerio Ferreira Gomes	29.11 a 18.12.2015		19 a 28.11.2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Conceder ao Promotor de Justiça **Eduardo FonticIELha De Rose** 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2013/2014, a serem usufruídos a partir de 1º.10.2015, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Port. nº 2090/2015-PGJ, de 22.9.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Conceder ao 2º Promotor de Justiça de Campo Grande, **Kristiam Gomes Simões**, 2 (dois) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2002/2003, a serem usufruídos nos dias 8 e 9.10.2015, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Port. nº 2091/2015-PGJ, de 22.9.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Exonerar, a partir de 26 de março de 2014, do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor **Marco Aurélio Gonzalez Chaves**, nos termos do inciso I do artigo 56 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Processo PGJ/10/1117/2014) (Port. nº 2087/2015-PGJ, de 22.9.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Exonerar, a partir de 14 de fevereiro de 2014, do cargo

efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor **Paulo Henrique Gaspareto**, nos termos do inciso I do artigo 56 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Processo PGJ/10/0671/2014) (Port. nº 2088/2015-PGJ, de 22.9.2015).

(a) **Humberto de Matos Brittes**

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

Extrato das Portarias expedidas pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo

O **PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 1961/2015-PGJ, de 8.9.2015, na parte que concedeu férias remanescentes ao servidor Valdemilson Massayoshi Thaada no período de 21 a 25.9.2015, referentes ao período aquisitivo 2010/2011 (Port. nº 2050/2015-PGJ, de 18.9.2015).

O **PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do artigo 2º da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Designar o servidor **Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Projetos e Serviços de Tecnologia da Informação, no período de 17 a 24.9.2015, em razão de férias da titular, *Sabrina Lopes Baes* (Port. nº 2051/2015-PGJ, de 18.9.2015).

O **PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Conceder ao servidor **Jerônimo Mariano da Silva Neto**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 8 de setembro de 2015, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Port. nº 2055/2015-PGJ, de 18.9.2015).

O **PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Conceder às servidoras do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual abaixo nominadas, licença para tratamento de saúde, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº

1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda (Port. nº 2074/2015-PGJ, de 22.9.2015):

1º) c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005:

Servidora	Cargo	Período	Observação
Juliane Aparecida Cordeiro Queiroz	Técnico I	11.9 a 9.11.2015	Prorrogação
Regina Célia de Araújo Silva		14.9 a 12.11.2015	
2º) c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009:			
Servidora	Cargo	Período	Observação
Julyanne Marcondes de Oliveira	Assessor	30.7 a 12.8.2015	Inicial
	Jurídico	14 a 20.8.2015	Prorrogação

O **PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Conceder ao servidor **Pedro Borges de Souza**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 10.9.2015, inicial, nos termos do inciso II do artigo 130, e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24.9.2009, que dispõe sobre a perícia médica oficial do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul (Port. nº 2075/2015-PGJ, de 22.9.2015).

O **PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Designar a servidora **Elisangela Cristina Nery**, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Cadastro e Distribuição Processual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Distribuição e Acompanhamento Processual, no período de 28.9 a 12.10.2015, em razão de férias do titular, *Wellington Gradella Marthos* (Port. nº 2080/2015-PGJ, de 22.9.2015).

O **PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 2023/2015-PGJ, de 14.9.2015, na parte que concedeu licença para tratamento de saúde à servidora **Francislene Alves Moreira**; onde consta: Período – 1º.8 a 31.10.2015, **passa a constar**: Período – 1º.8 a 18.9.2015 (Port. nº 2081/2015-PGJ, de 22.9.2015).

O **PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Conceder férias aos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual abaixo nominados, nos termos dos artigos 1º e 5º da Resolução nº 022/2014-

PGJ, de 12 de setembro de 2014, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000 (Port. nº 2084/2015-PGJ, de 22.9.2015):

SERVIDOR(A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	TIPO
Nilza Kiyomura Merlin	2013/2014	26.10 a 24.11.2015	Regulamentares
Silvana Kato da Silva	2014/2015	13 a 27.10.2015	
Gláucia Gonzaga Vieira de Sá	2013/2014	13 a 17.10.2015	Remanescentes
Marcio Lopes	2013/2014	13.10.2015	

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual abaixo nominados (Port. nº 2085/2015-PGJ, de 22.9.2015):

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PORTARIA DE CONCESSÃO Nº	DATA DA SUSPENSÃO
Carlos Vinicius Moraes de Souza	2014/2015	1742/2015-PGJ, de 13.8.2015	22.9.2015
Fabiano Alves Davy	2013/2014	1850/2015-PGJ, de 25.8.2015	21.9.2015

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1850/2015-PGJ, de 25.8.2015, na parte que concedeu férias regulamentares ao servidor **Rafael Assef Vieira**; de forma que, **onde consta**: Período de Gozo – 15 a 29.9.2015, **passa a constar**: Período de Gozo – 28.9 a 12.10.2015 (Port. nº 2086/2015-PGJ, de 22.9.2015).

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor **Paulo Matias Guimarães**, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de **7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação**, a contar de **4 de setembro de 2015**, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e §§ 2º e 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III, e 7º, todos da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar a Portaria nº 821/2012-PGJ, de 31.5.2015, na parte que concedeu ao referido servidor o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação (Processo PGJ/10/2820/2015) (Port. nº 2072/2015-PGJ, de 22.9.2015).

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor **Felipe Augusto da Cruz**, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-

202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de **5% (cinco por cento) do adicional de qualificação**, a contar de **3 de setembro de 2015**, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso IV e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso IV, e 7º, todos da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012 (Processo PGJ/10/2829/2015) (Port. nº 2073/2015-PGJ, de 22.9.2015).

(a) **João Albino Cardoso Filho**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 23/CGMP/2015

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A :

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que a **CORREIÇÃO ORDINÁRIA** marcada para o dia 30 de setembro de 2015, na **3ª Promotoria de Justiça de Campo Grande** será transferida, por necessidade de serviço, para o dia **5 de outubro de 2015, às 8h**.

Campo Grande, 22 de setembro de 2015.

Mauri Valentim Riciotti

Corregedor-Geral do Ministério Público

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

EDITAL Nº 007/PJSQ/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da **PROMOTORIA DE JUSTIÇA** da Comarca de **SETE QUEDAS**, diante do Aviso de Homologação do Processo Seletivo para Estagiários de Direito da Comarca de Sete Quedas, publicado no DOMP-MS nº 1134, de 22 de setembro de 2015, **CONVOCA** os candidatos **MARCOS SANABRIA FREITAS** (1º lugar) e **JEOVANA LIMA GAVILAN** (2º lugar), para apresentação da documentação (art. 31, § 1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010), no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação oficial deste edital.

Sete Quedas/MS, 22 de setembro de 2015.

a) **William Marra Silva Júnior**

Promotor de Justiça

**LISTA DE DOCUMENTOS PARA
CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO**

- I – Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
II – declaração ou certidão de **matrícula atualizada**, emitida pela Instituição de ensino, que informe o **ano letivo/turno/semestre/número de dependências de disciplinas e data revista de conclusão do curso** (não será aceito documento que não tenha todas essas informações);
III – atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
IV – certidão de inexistência de antecedentes criminais;
V – declaração pessoal de ausência de impedimentos previstos no art. 19 da Resolução 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP; arts. 42 e 50 Resolução nº 15/2010-PGJ,
VI – declaração pessoal de não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
VII – atestado de exame ABO-RH;
VIII – número da agência e da conta corrente do **Banco do Brasil** (exceto poupança);
IX – 2 (duas) fotografias coloridas 3x4 recentes, e 01 (uma) fotografia 2x2;
X – Ficha de cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

EDITAL Nº 008/PJSQ/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da PROMOTORIA DE JUSTIÇA da Comarca de SETE QUEDAS, diante do Aviso de Homologação do Processo Seletivo para Estagiários de Direito da Comarca de Sete Quedas, publicado no DOMP-MS nº 1134, de 22 de setembro de 2015, CONVOCA a candidata **BRUNA MORAES DE SOUZA** (3º lugar) para apresentação da documentação (art. 31, § 1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação oficial deste edital.

A candidata convocada exercerá suas atividades em favor de uma das Promotorias de Justiça da Comarca de Amambai, conforme cláusula de acordo nº 3, do Edital nº 001/PJSQ/2015, publicado no DOMP-MS nº 1097, de 28 de julho de 2015.

Sete Quedas/MS, 22 de setembro de 2015.

a) **William Marra Silva Júnior**
Promotor de Justiça

a) **Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro**
Promotor de Justiça

a) **Nara Mendes dos Santos Fernandes**
Promotora de Justiça

**LISTA DE DOCUMENTOS PARA
CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO**

- I – Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
II – declaração ou certidão de **matrícula atualizada**, emitida pela Instituição de ensino, que informe o **ano letivo/turno/semestre/número de dependências de disciplinas e data revista de conclusão do curso** (não será aceito documento que não tenha todas essas informações);
III – atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
IV – certidão de inexistência de antecedentes criminais;
V – declaração pessoal de ausência de impedimentos previstos no art. 19 da Resolução 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP; arts. 42 e 50 Resolução nº 15/2010-PGJ,
VI – declaração pessoal de não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
VII – atestado de exame ABO-RH;
VIII – número da agência e da conta corrente do **Banco do Brasil** (exceto poupança);
IX – 2 (duas) fotografias coloridas 3x4 recentes, e 01 (uma) fotografia 2x2;
X – Ficha de cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

SECRETARIA-GERAL**EDITAL N.º 03/2015-PJMN
Seletivo de Estagiários De Ensino Médio**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1ª e da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mundo Novo, **RETIFICA o EDITAL Nº 001/2015/PJMN- Seletivo de Estagiários De Ensino Médio**, para que o item abaixo passe a ter a seguinte redação:

V – Das Provas

A prova escrita será de caráter eliminatório e classificatório, e será realizada no **dia 01.11.2015 (domingo), às 8h00min, na Escola Estadual Marechal Cândido Rondon, localizada na Av. Campo Grande, nº 430 – Centro, nesta cidade de Mundo Novo/MS.**

Mundo Novo/MS, 22 de setembro de 2015.

Pedro de Oliveira Magalhães
Promotor de Justiça

Moisés Casarotto
Promotor de Justiça

EDITAL N.º 001/2015/PJDEO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da comarca de DEODÁPOLIS,

nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no Diário de Justiça n. 2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar n. 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual n. 133, de 15 de abril de 2009, COMUNICA aos ALUNOS do ENSINO MÉDIO REGULAR a **abertura das inscrições para PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE ENSINO MÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, na comarca de DEODÁPOLIS, conforme disposições abaixo:

I – Das Informações Gerais

O estágio compreende o exercício transitório de funções auxiliares do Ministério Público, conforme previsto na Lei Complementar Estadual n. 72, de 18 de janeiro de 1994, modificado pela Lei Estadual n. 133, de 15 de abril de 2009, em conformidade com as disposições da Lei Federal n. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Os direitos, deveres e obrigações do exercício transitório estão regulamentados na **Resolução n. 015/2010-PGJ**, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça n. 2247 (fls. 245-250), de 30.7.2010, disponível no portal www.mp.ms.gov.br, link CEAF – Estagiários – Resolução.

Poderá inscrever-se e participar do processo seletivo classificatório o aluno regularmente matriculado e com frequência efetiva no Ensino Médio, **EXCETO DO SEGUNDO SEMESTRE DO TERCEIRO ANO** (haja vista a proximidade da conclusão do curso e a necessidade de cumprir pelo menos 1 (um) semestre de estágio), bem como **deverá possuir idade mínima de 16 (dezesesseis) anos completos na data de assinatura do termo de compromisso do estágio**.

De acordo com a Resolução n. 003/2012-PGJ, de 15 de fevereiro de 2012, a carga horária será de 4 (quatro) horas diárias ou 20 (vinte) horas semanais, com bolsa mensal na importância de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais).

O estagiário também terá direito a auxílio-transporte, cujo valor corresponderá a 2 (duas) tarifas de transporte coletivo urbano por dia efetivamente estagiado, considerando-se a tarifa fixada na Capital como valor de referência, conforme Resolução n. 003/2012-PGJ, de 15 de fevereiro de 2012.

O período de vigência do contrato de estágio terá no **mínimo 6 (seis) meses e no máximo 2 (dois) anos**.

II – Das Vagas

O presente processo seletivo visa à formação de cadastro reserva para vaga de estágio na comarca de DEODÁPOLIS para o fim de suprir as vagas que surgirem durante o seu prazo de validade.

III – Da Seleção

A seleção se dará por meio de prova escrita em que será avaliado conforme o conteúdo programático constante no Anexo I do presente Edital.

Será considerado aprovado o candidato que obtiver o percentual correspondente a **50% ou mais** do total de pontos da prova.

IV - Das Inscrições

As inscrições estarão abertas no período de **30 de setembro a 16 de outubro de 2015** e serão realizadas na sede da Promotoria de Justiça de Deodápolis, situada na **Avenida Francisco Alves da Silva, s/n., Edifício do Fórum, CEP: 79790-000, Telefone: (67) 3448-1455, das 8h às 11h e das 13h às 17h;**

Para inscrição, o candidato deverá apresentar a **ficha de inscrição** devidamente preenchida disponível na sede da Promotoria de Justiça de Deodápolis, cópia da Cédula de Identidade, CPF e comprovante de matrícula no ensino médio regular;

A inscrição do candidato no Processo Seletivo implica no pleno conhecimento e aceitação dos termos e condições estabelecidos no presente Edital e na Resolução n. 015/2010-PGJ, de 30.7.2010.

V – Das Provas

A prova escrita será de caráter eliminatório e classificatório, e será realizada no **dia 08.11.2015 (domingo), às 08h00min, na Escola Estadual 13 de maio, localizada na Avenida Osmir de Andrade, nº 091 – Centro, em Deodápolis/MS.**

A prova escrita terá duração de 3 (três) horas e compreenderá quarenta (40) questões objetivas de múltipla escolha, valendo um (0,25) ponto cada uma, das quais apenas uma será considerada correta, conforme especificado abaixo:

CURSO	PROVAS OBJETIVAS	N.º DE QUESTÕES
Ensino Médio	Língua Portuguesa	20
	Matemática	10
	Informática	10

O candidato deverá se apresentar no local das provas com 30 (trinta) minutos de antecedência ao horário de início, portando documento de identificação com foto, bem como lápis, borracha e caneta esferográfica de cor azul ou preta.

Não terá acesso ao local de provas o candidato que se apresentar após o horário de início da prova e que não estiver portando documento de identificação com foto.

Não será permitida a comunicação entre os candidatos, consultas a materiais ou a utilização de qualquer meio ou aparelho que permita armazenamento de dados, gravação, recepção ou transmissão, a exemplo de telefones celulares, *paggers*, agendas eletrônicas, máquinas calculadoras e outros de mesma natureza, sob pena de eliminação do candidato.

Quando da realização da prova, o candidato deverá preencher seus dados pessoais, assinar o formulário e, ao final, entregar a folha de respostas devidamente identificada e preenchida, com a consignação de apenas uma resposta para cada questão, sem rasuras ou borrões, sob pena de anulação das questões indevidamente marcadas.

Os 3 (três) últimos candidatos aguardarão o término das provas em conjunto, retirando-se da sala após a entrega simultânea da folha de respostas e assinatura da Ata de Sala.

VI – Do Resultado e da Classificação

O resultado e a classificação, observado o disposto no

item III, em ordem decrescente, serão publicados por meio de Edital na sede da Promotoria de Justiça de Deodápolis e no Diário Oficial do Ministério Público – DOMP-MS

(<http://www.mpms.mp.br/portal/principal/diario.php?ex=domp>).

Em caso de empate na classificação, o desempate será feito com a observância dos seguintes critérios e nesta ordem: (1) o de maior nota na disciplina de português; (2) em favor do candidato de maior idade; (3) o mais adiantado no Ensino Médio. Persistindo o empate, será realizado sorteio público.

O acompanhamento das publicações e convocações divulgadas na sede da Promotoria de Justiça de Deodápolis no Diário Oficial do Ministério Público – DOMP-MS, é de inteira responsabilidade do candidato.

VII – Dos Recursos

Mediante requerimento do interessado, dirigido ao órgão que aplicou a prova, poderá ser verificado erro material na apuração da nota, no prazo improrrogável de **2 (dois)** dias úteis da divulgação do resultado da prova escrita, no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP-MS).

VIII – Da Convocação e da Admissão

A convocação será feita por meio de Edital que será publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP-MS) e afixado na sede da Promotoria de Justiça de Deodápolis, obedecendo aos critérios de necessidade e conveniência da administração e às disposições da Resolução n. 015/2010-PGJ, de 30.7.2010.

Será admitido no estágio o candidato aprovado que, comprovadamente, possuir 16 (dezesesseis) anos completos no momento da convocação (artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal e artigo 10, caput, da Resolução n. 15/2010-PGJ), comprovar estar matriculado em instituição de ensino oficial, devidamente credenciada, autorizada e/ou reconhecida nos órgãos competentes, e apresentar comprovante de matrícula e frequência em qualquer dos dois últimos anos do ensino médio regular.

Para admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos: **I** - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF; **II** – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / período do estagiário / semestre, o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso; **III** - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico; **IV** - certidão de inexistência de antecedentes criminais e de atos infracionais; **V** - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 30.7.2010; **VI** – declaração pessoal de não acumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado; **VII** - atestado de exame ABO-RH; **VIII** - número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil; **IX** - 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes; **X** - Ficha de Cadastro (disponível na sede das Promotorias de Justiça) digitalizada em todos os campos e assinada.

IX – Do Prazo de Validade

O presente processo de seleção **terá validade de 1 (um) ano**, contado da data da sua homologação, **prorrogável por mais um ano**, a critério do Ministério Público Estadual.

X - Das Disposições Finais

O candidato poderá, a qualquer tempo, ser excluído do Processo Seletivo se verificar qualquer ação ou omissão que caracterize conduta de má-fé, o que também pode restar configurado com a apresentação de documentos que não correspondam à realidade de sua condição civil e estudantil.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Promotor de Justiça da comarca de Deodápolis.

Deodápolis – MS, 21 de setembro de 2015.

Victor Leonardo de Miranda Taveira
Promotor de Justiça em Substituição Legal

ANEXO I Do Conteúdo da prova

Língua Portuguesa:

Interpretação de texto. Acentuação gráfica. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. A elaboração das provas de Língua Portuguesa contemplará a resolução de questões com base nas Normas Ortográficas atuais - tanto em tempo anterior como após a entrada em vigor das disposições editadas por meio do Decreto Federal nº 6.583, de 29.09.2008, que promulgou o Acordo Ortográfico assinado em Lisboa em 16 de dezembro de 1.990 - considerando a observância ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012 - conforme dispõe o parágrafo único do artigo 2º do referido Decreto -, durante o qual coexistirão a Norma atual e a nova Norma estabelecida.

Matemática:

Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juro simples. Equação do 1.º e 2.º graus. Sistema de equações do 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Raciocínio lógico. Resolução de situações-problema.

Informática:

Microsoft Windows 2000 e XP, Word e Excel: Conhecimentos básicos de operação e uso sobre microinformática; Noções básicas de comandos do sistema Operacional Windows; Gerenciamento de arquivos; Impressão; Noções de uso e operação dos aplicativos Microsoft Word (formatação e configuração do texto, correção de documentos). Noções do Microsoft

Excel (formatação e configuração de planilhas). Noções do uso de navegação, protocolos e segurança na internet.

EDITAL N.º004/2015/PJ-Três Lagoas- MS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio das Promotorias de Justiça da comarca de Três Lagoas-MS, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual nº 133, de 15 de abril de 2009, e do **EDITAL N.º 002/2014 – PJTLS, CONVOCA** a candidata aprovada, no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários para apresentação da documentação anexa (art. 31, § 1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação oficial deste. Informo que os candidatos aprovados e classificados de 43º não tem interesse em assumir o estágio, e o candidato 44º não está apto para ocupar a vaga de estágio, por falta de tempo mínimo exigido para ocupá-la (06 meses), conforme declarado pelos próprios candidatos.

	CLASSIFICADOS	PONTOS
45º	CAMILA RODRIGUES DOS SANTOS	20

Três Lagoas-MS, 22 de setembro(09) de 2015.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

ANEXO

DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO:

- I – Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II – declaração ou certidão de **matrícula atualizada**, emitida pela Instituição de ensino, que informe o **ano letivo/período do estagiário/semestre, número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso**;
- III – atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- IV – certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- V – declaração pessoal de ausência de impedimentos previstos no art. 50 da Resolução n. 015/2010-PGJ;
- VI – declaração pessoal de não acumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- VII – atestado de exame ABO-RH;
- VIII – número da agência e da conta corrente do **Banco do Brasil**;
- IX – 2 fotografias coloridas 3x4 recentes;
- X – Ficha de cadastro preenchida em todos os campos e assinada.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CORUMBÁ

Edital nº 014/2015/5ªPJCba

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Defesa do Patrimônio Público e Social, torna pública a instauração de **Inquérito Civil Público n. 023/2015**, que se encontra à disposição na Rua América, 1880 - Centro - Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Inquérito Civil n. 023/2015

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Secretaria Municipal de Produção Rural de Corumbá;

Assunto: Apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa que causaram danos ao erário e violação aos princípios constitucionais da administração pública, pelo Secretário Municipal de Produção Rural de Corumbá, Pedro Luiz de Souza Lacerda, em decorrência da contratação direta, mediante dispensa indevida de licitação, com evidente sobrepreço, de locação do imóvel localizado na Rua Cuiabá, nº 1.333, centro de Corumbá/MS.

Corumbá/MS, 18 de setembro de 2015.

LUCIANO BORDIGNON CONTE - Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

Edital n. 68/2015/1ªPJPP

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha n. 1.613.

Procedimento Administrativo n. 40/2015/1ªPJPP

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Celestino Tomasi Dalla Nora.

Assunto: Acompanhar o cumprimento de acordo judicial firmado nos autos da Execução de Título Extrajudicial n. 0802897-13.2014.8.12.0019.

Ponta Porã, 22 de setembro de 2015.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES – Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA INOCÊNCIA

Edital nº 02/2015

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Batista Parreira, n.º 589-B, Centro.

Inquérito Civil Nº 02/2015

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: O Município

Assunto: Apurar o cumprimento da Lei Municipal n. 904/2014 e eventual irregularidade na oferta do serviço de transporte escolar municipal.

Inocência/MS, 21 de Setembro de 2015.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE – Promotora de Justiça